

RELATÓRIO ANUAL 2016

JANEIRO A DEZEMBRO 2016, JANEIRO 2017



Av. Vladimir Lenine, nº 1935 R/C, Bairro da Malhangalene
Tel: +258 21 414743 Fax: +258 21 414744 e Cel: +258 82 3038218
E-MAIL: dexecutivo@oam.org.mz
WEBSITE: www.oam.org.mz
FACEBOOK: <https://www.facebook.com/ordemdosadvogadosdemocambique>
FLICKR: www.flickr.com/photos/ordemdosadvogadosdemocambique/
ISSUU: issuu.com/ordemdosadvogadosdemocambique
YOUTUBE: www.youtube.com/c/OamOrgMz
TWITTER: www.twitter.com/oamoz



ÓRGÃOS SOCIAIS**BASTONÁRIO**

Flávio Menete

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Maria Fernanda Lopes

Vogal – José Baptista dos Santos

Vogal – Maria Cristina Hunguana

Secretária – Olga Inocência Madeira

CONSELHO NACIONAL

Presidente – Flávio Menete

Vice-Presidente – Orquídea Massarongo

Tesoureira – Carolina Balate

Francisco Eliseu Sousa

Filipe Sebastião Siteo

Hélder Matlaba

Alberto Pawandiwa

Ismael Cassamo Jamal

Paula Duarte Rocha

CONSELHO JURISDICIONAL

Presidente – Auxílio Nhabanga

Vice-Presidente – Germano Ernesto Mutane

Vice-Presidente – Horacio Barros Chimene

Vice-Presidente – Teodósio José da Gama

Liliana Maria Marques da Costa

Pedro Abreu

António Mugeque Sitole

Laurindo Francisco Saraiva

Paulo Jorge Wiliam Ferreira

Carlos Alberto Santana

CONSELHOS PROVINCIAIS & DELEGADOS

Presidente Conselho Provincial de Sofala – Vicente Manjante

Vice-Presidente Conselho Provincial de Sofala – Anabela Correia Lemos

Presidente Conselho Provincial de Nampula – Hermínio Torres Manuel

Vice-Presidente Conselho Provincial de Nampula – Tony Sandepe Samo

Delegado de Manica – André Júnior

Delegado de Tete – Hermínio Nhantumbo

Delegado de Inhambane – Grácio Abdula

Delegado da Zambézia – Anastácio Nhomela

Delegado de Gaza – Lúcio Neto

Delegado de Inhambane – Grácio Abdula

Delegado de Cabo Delgado – Jerónimo Mussírica

COMISSÕES E DEPARTAMENTOS**COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROFISSIONAL**

Presidente - Paula Duarte Rocha

Bela Lithuri

Télio Chamuço

Alexandre Chivale

Baltazar Egídio

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Presidente – Ivete Mafundza

Vice-Presidente - Stela Santos

Coordenadora – Augusta Eduardo

Momade Aboo Bacar

João Portela Macuba

Vernisto Adelino

Lúcio Neto

Vicente Manjate

Xavier Sicanso

Dário De Sousa

Assistente – Estefânia Rangel

INSTITUTO DE ACESSO A JUSTIÇA

Coordenadora – Catarina Camal
 Assistentes – Anita Sumburane
 Carla Matlombe

ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

Coordenadora – Mariana Figueiredo
 Assistente – Marco Usseine

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

Presidente - José Caldeira
 Télió Chamuço
 Dimétrio Manjate

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Directora Executiva – Tatiana Cumba
 Financeiro – Laurindo Dinis
 Oficial De Planificação e Formação - Elísio Massarongo
 Gestora Administrativa – Delfina Dambo
 Assistente Financeira - Eneida Timba
 Informática - Webcad
 Estafeta e Motorista – Calisto Vidigal e Sérgio Manhiça
 Assistente Administrativa – Ássia Jamal

MISSÃO

A **OAM** tem como **missão**:

- ❖ Contribuir de uma forma mais eficiente e eficaz para a consolidação do Estado de Direito Democrático;
- ❖ Ser mais actuante em tornar a Justiça mais acessível ao cidadão;
- ❖ Defender a Constituição, os direitos fundamentais dos cidadãos e a dignidade e prestígio da profissão de Advogado através do respeito, promoção e defesa dos seus princípios deontológicos.

VISÃO

A **OAM** tem como **visão**:

- ❖ Ser reconhecida como um parceiro estratégico do Estado, indispensável na defesa da ordem jurídica nacional, na defesa das instituições democráticas, na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção dos princípios de justiça social.

VALORES

A **OAM** tem como **valores**:

- ❖ Compromisso social;
- ❖ Aprimoramento permanente;
- ❖ Foco no processo e resultados:
 - ❖ Eficiência
 - ❖ Eficácia
 - ❖ Efectividade
- ❖ Ética profissional:
 - ❖ Imparcialidade
 - ❖ Impessoalidade
 - ❖ Independência
 - ❖ Transparência

OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

São 3 os pilares em que assentam os objectivos e estratégias da OAM [para alcançá-los]:

- **Contribuir para a consolidação do Estado de Direito em Moçambique:**
 - ❖ Defender a legalidade: Intervir publicamente, emitindo parecer para advogar a favor do cumprimento da legalidade em todos os actos públicos - político, económico ou social;
 - ❖ Defender direitos humanos: Intervir publicamente, emitindo parecer para advogar a favor dos direitos humanos (políticos, civis, económicos, sociais e culturais);
 - ❖ Advogar e promover a justiça social: Acompanhar desenvolvimentos políticos, económicos e sociais e, pontualmente, intervir quer para prevenir quer para corrigir potenciais problemas de carácter social, daí resultantes, junto das instituições de direito responsáveis, através de pareceres públicos.

- **Reforçar a capacidade institucional da Ordem dos Advogados de Moçambique:**
 - ❖ Garantir a sua sustentabilidade financeira: A Ordem deve sistematicamente operar com um orçamento equilibrado entre entrada e saída de dinheiro. Uma vez que as receitas operacionais são exíguas, a Ordem deve identificar e estabelecer relações duradouras com parceiros de financiamento (Estado e Doadores);
 - ❖ Garantir satisfação dos parceiros de cooperação e Advogados: A Ordem deve avaliar constantemente a satisfação de seus parceiros e Advogados e proceder, com base nessas avaliações, tomando medidas correctivas;
 - ❖ Tornar fácil o relacionamento da Ordem com os parceiros de cooperação e com os Advogados: A Ordem deve tornar fluidas as relações com Advogados e Parceiros, de forma a eliminar barreiras e desperdício de tempo e energia por parte destes na sua interacção com a Ordem;
 - ❖ Garantir a excelência operacional da Ordem: A Ordem deve ser efectiva, eficiente e eficaz em todas as actividades produtivas;
 - ❖ Desenvolver: A Ordem deve desenvolver e reter quadros com as melhores competências técnicas e humanas, desenvolver e manter uma adequada base tecnológica, adquirir e sustentar activos produtivos adequados e melhorar continuamente o seu clima organizacional para aumentar a eficiência, eficácia e efectividade das suas operações.

- **Apoiar e capacitar profissionalmente o Advogado:**
 - ❖ Treinar advogados para lidar com novas exigências profissionais e sociais: Implementar programa de treinamento contínuo sobre desafios correntes e sobre a sustentabilidade profissional do Advogado;
 - ❖ Desenvolver um processo de estágio que permita formar, com altos padrões éticos e deontológicos, profissionais capazes de oferecer as melhores soluções ao cidadão.

ÍNDICE

Introdução-----	6
Acrónimos -----	6
Actividades Planificadas-----	7
Tabela de Análise de Resultados-----	11
Actividades não Planificadas mas Realizadas-----	14
Principais Destaques-----	16
Projecto Osisa-----	19
Mudanças mais Significativas-----	21
Aparição nos Meios de Comunicação Social-----	22
Fundraising-----	22
Questões Transversais -----	22
Desafios e Lições Aprendidas-----	22
Possíveis Soluções-----	22
Anexos (Fotos & Legenda)-----	23

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa documentar as actividades realizadas pela Ordem dos Advogados de Moçambique no período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2015, baseando-se na planificação anual aprovada em Assembleia Geral.

A realização das eleições internas bem como a tomada de posse dos novos órgãos sociais constituem eventos marcantes para o ano de 2016. A inauguração das instalações para o funcionamento integral do Conselho Provincial de Nampula bem como a realização do III Congresso para a Justiça constituem outros marcos importantes de 2016.

Para além de apresentar as actividades planificadas, implementadas bem como os constrangimentos enfrentados na realização (ou não) das mesmas, o relatório apresenta uma análise geral dos resultados obtidos durante o ano de 2016. Para terminar, apresenta os principais desafios bem como as possíveis soluções para a mitigação dos mesmos.

ACRÓNIMOS

AE – Advogados Estagiários

ACDH – Associação dos Direitos Humanos da Universidade Eduardo Mondlane

AR – Assembleia da República

CADH – Comissão Africana dos Direitos Humanos

CDH – Comissão dos Direitos Humanos

CJ – Conselho Jurisdicional

CN – Conselho Nacional

CTV – Centro Terra Verde

EDP – Ética e Deontologia Profissional

IAJ – Instituto de Acesso à Justiça

OAM – Ordem dos Advogados de Moçambique

P&O – Plano e Orçamento

SADC LA – Associação dos Advogados da África Austral

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

ACTIVIDADES PLANIFICADAS – 2016

Componente 1: Acesso à Justiça e ao Direito/ Contribuir para a consolidação do Estado de Direito em Moçambique							
Resultado (Outcome)	Resultados (Outputs)	Indicadores	Baseline – Até Maio de 2016	Meta – Dezembro de 2017	Actividades para 2016	Fontes de Verificação	Responsável
1. Aumentado/incrementado o nr. de cidadãos/cidadãs carenciados/das que têm acesso a justiça em Moçambique	1.1. Cidadãos economicamente carenciados atendidos e assistidos gratuitamente em matérias jurídicas	Pelo menos 800 cidadãos/cidadãs que são assistidos pela caravana de justiça, e Gabinete de atendimento	994 pessoas assistidas gratuitamente	Até Dezembro de 2017 espera-se que o IAJ tenha assistido 2.000 cidadãos/cidadãs	Realizar 5 caravanas de justiça, prestar 5 assistências jurídicas nos bairros de Maputo, Atendimento jurídico diário no gabinete de atendimento	Relatórios, Fichas de atendimento, Fichas de triagem de casos, Fichas de controlo processual	Coordenadora do IAJ; Pontos focais das províncias;
2. Aumentado o número de cidadãos/cidadãs atendidos(as) pelo IAJ	2.1. Serviços do IAJ amplamente divulgados	5000 brochuras produzidas e distribuídas	Nenhuma brochura produzida	Espera-se que até Dezembro de 2017, tenham sido produzidas e distribuídas 7500 brochuras	Produção e distribuição de brochuras sobre o IAJ	Exemplar das brochuras produzidas	Coordenadora do IAJ
3. Uma OAM cada vez mais conhecida	3.1. Celebrada a Semana do Advogado	Actividades realizadas na semana comemorativa	Ordem pouco conhecida	Espera-se que até Dezembro de 2017, a OAM seja mais conhecida principalmente pelo cidadão mais carenciado	Diferentes actividades: Assistência gratuita, visita às cadeias, palestras nas escolas e universidades.	Fotos, Relatórios	Conselho Nacional, Direcção Executiva
4. Reduzidos os níveis de violação de Direitos Humanos pelas Entidades Públicas e Particulares	4.1. Elevados níveis de consciência das entidades públicas e de particulares sobre os direitos humanos	Baixo nível de violação de Direitos Humanos pelas entidades Públicas e particulares	Baixo nível de consciência sobre os Direitos Humanos tanto a nível das entidades Públicas bem como dos particulares	Até Dezembro de 2017, diminuído em 5% o número de casos de violação de Direitos Humanos	Produzir e divulgar 1000 cadernos sobre DH (nas áreas de Sistema Africano de direitos Humanos e dos Povos; Direitos Humanos na SADC; Direitos Humanos da Criança; Direitos das Minorias; Direitos das Mulheres; Reassentamentos e direitos Humanos); Produzir relatório sobre o estágio dos Direitos Humanos e Acesso à justiça em Moçambique em 2015	Exemplares dos cadernos produzidos, fotografias	Coordenadora da CDH e Comissários
	4.2. Expostos e seguidos os casos de violação de Direitos Humanos	10 casos expostos; 8 dos casos seguidos; Pelo menos 20 cidadãos/cidadãs procuram pelos serviços da CDH	Baixo nível de exposição de casos; Baixo nível de seguimento de casos expostos; Até Maio de 2016, 7 cidadãos/cidadãs procuraram pelos serviços da CDH	Até Dezembro de 2017, espera-se que 2 relatórios (2015, 2016) tenham sido produzidos e divulgados	Produzir e divulgar relatório sobre o estágio dos direitos humanos e acesso à justiça em Moçambique – em 2015; Palestras sobre DH;	Exemplares dos Relatórios produzidos	Coordenadora, Comissários e Consultores contratados
5. Processos de passagem de informação aos Cidadãos/cidadãs mais céleres nas instituições públicas	5.1. Funcionários públicos capacitados	Pelo menos 60 funcionários públicos formados sobre a nova Lei do acesso à informação	51 funcionários formados até Maio de 2016	Espera-se que até Dezembro de 2017, 200 funcionários públicos tenham sido capacitados	Realizar um curso em Nampula sobre a nova lei do direito à informação e seu regulamento	Lista de presenças, relatório sobre o curso, fotografias	Coordenadora de EDP
	5.2. Cidadãos conscientes dos seus direitos sobre o acesso à informação	2 cursos e 2 palestras sobre a Lei/regulamento do acesso à informação realizadas	109 cidadãos/cidadãs que participaram nas palestras até Maio de 2016	Espera-se que até Dezembro de 2017, pelo menos 500 cidadãos/cidadãs tenham participado nas	Realizar palestras e cursos nas províncias de Sofala, Tete, Manica, Gaza e Inhambane.		

				palestras			
6.Reforçada a parceria institucional na discussão de assuntos que enfermam a justiça nacional	5.1 Debatidos os problemas do acesso à justiça e encontradas as soluções para minimizar os mesmos	Pelo menos 150 pessoas (Advogados/Advogadas, Procuradores, Juizes) participam no congresso	Realizados 2 congressos até agora, o último foi em 2014	Espera-se que até Dezembro de 2017 o estágio da Justiça melhore fruto das recomendações saídas do Congresso	Realizar o III Congresso da Justiça	Relatório, fotografias, lista de presenças	Direcção Executiva
Componente 2: Reforçar a capacidade institucional da Ordem dos Advogados de Moçambique							
1.Uma OAM cada vez mais dinâmica, inclusiva e descentralizada	1.1.Aprovados os Relatórios do ano anterior e aprovados os planos para o ano seguinte	Pelo menos 150 Advogados e Advogadas Estagiários participam nas Assembleias Gerais	Anualmente são realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias, uma em Março (aprovação dos relatórios do ano anterior) e outra em Dezembro (aprovação do plano para o ano seguinte)	Espera-se que até Dezembro de 2017, sejam realizadas pelo menos 4 Assembleias Gerais Ordinárias	Realizar duas Assembleias Gerais Ordinárias	Actas, fotografias e listas de presenças	Direcção Executiva
	1.2.Eleitos novos órgãos sociais	Pelo menos duas listas concorrem para os órgãos sociais	Anteriores órgãos sociais (eleitos em 2013) cumprem os seus últimos meses de mandato	Novos órgãos sociais eleitos por um período de 3 anos	Realizar uma Assembleia Geral Eleitoral	Acta, relatório, fotografia	Conselho Nacional, Comissão Eleitoral e Direcção Executiva
	1.3.Nampula e Sofala dotadas de uma autonomia administrativa	Instalações das Delegações Provinciais de Nampula e Sofala funcionando em pleno	Ordem funcionando apenas a nível central	Até Dezembro de 2017, a OAM espera expandir cada vez mais os seus serviços e dotar todos os delegados de alguma autonomia administrativa	Arrendar duas instalações (uma para Nampula e outra para Sofala)	Contractos, fotos	Presidentes dos Conselhos Provinciais, Conselho Nacional e Direcção Nacional
	1.4.Apreciados e aprovados assuntos relevantes de cada conselho	Cada conselho reúne-se pelo menos uma vez ao mês à excepção da CDH que mantém reuniões ordinárias (trimestrais)	Pelo menos uma reunião por mês, CDH – uma reunião em cada três meses	Até Dezembro de 2017, espera-se que pelo menos se mantenha o ritmo de reuniões mensais e trimestrais	Realizar reuniões do Conselho Nacional, Conselho Jurisdicional e da Comissão dos Direitos Humanos	Deliberações, actas, lista de presenças	Directora Executiva, Coordenadora da EDP, Coordenadora da CDH
Componente 3: Apoiar e capacitar profissionalmente o Advogado							
1.Reduzidos casos de violação das normas de ética e deontológica Profissional	1.1. Advogados/as e Advogadas/as estagiários/as activistas de direitos humanos dotados de conhecimentos na área de Ética e Deontologia Profissional	Pelo menos 300 pessoas entre Advogados/as e Advogadas/as estagiários/as, activistas de direitos humanos e outros actores de justiça capacitados/as na área de Ética e Deontologia Profissional	196 de pessoas formadas até Maio de 2015 e 85 queixas submetidas ao Conselho Jurisdicional	Até Dezembro de 2017 espera-se que haja uma significativa redução em pelo menos 50% dos casos	Palestras sobre ética e deontologia profissional em Manica, Maputo e Zambézia; Distribuir folhetos sobre denúncias de violações, publicitar no site da OAM	Relatórios, fotografias e listas de presença	Coordenadora da EDP, Conselheiros CJ
2. Advogados/das e Advogadas/das Estagiários/as oferecendo serviços de qualidade aos cidadãos	2.1. Advogados e Advogadas Estagiários devidamente qualificados	Pelo menos 200 novos Advogados Estagiários admitidos	Até Dezembro de 2016, foram admitidas 277 novos Advogados Estagiários, um aumento de 13 Advogados quando comparado pelo igual período de 2015 (264)	Até Dezembro de 2017, a OAM espera ter iniciado mais 4 novos grupos de estágio (2 grupos por ano)	Iniciar dois novos grupos de estágio	Base de Dados, Pautas	Oficial de Planificação e Formação, Directora Executiva, CNAEE
		Admitidos pelo menos 250 novos Advogados	Até Janeiro de 2016, a OAM contava com 1341 Advogados	Até Dezembro de 2017, a OAM espera ter mais de 1900 Advogados, (até Dezembro de	Realizar 3 exames (Abril, Agosto e Dezembro)	Base de Dados, Pautas	Oficial de Planificação e Formação, Directora Executiva, CNAEE

				2016 tinham sido registados 1591 Advogados)				
3.Direitos Humanos defendidos	3.1. Advogados/das, Advogados/das Estagiários/as, Activistas de Direitos Humanos dotados de conhecimento em matérias processuais do Tribunal Africano	Pelo menos 30 Advogados/das, Advogados/das Estagiários/as, Activistas de Direitos Humanos capacitados	A OAM ainda não realizou nenhum curso	Até Dezembro de 2017, Pelo menos 90 Advogados/das, Advogados/das Estagiários/as, activistas de Direitos Humanos estarão dotados de conhecimento em matérias processuais do Tribunal Africano	Realizar um curso sobre questões processuais do Tribunal Africano	Lista de presenças, Certificados (cópia), relatório e fotos	Coordenadora CDH e Comissários	

LEGENDA

	Realizado
	Não Realizado

2. TABELA DE ANÁLISE DE RESULTADOS

Componente 1: Acesso à Justiça e ao Direito/ Contribuir para a consolidação do Estado de Direito em Moçambique									
Resultado (Outcome)	Resultados (Outputs)	Indicadores / Metas até 2016	Baseline – Até Maio de 2016	Meta – Dezembro de 2017	Actividades para 2016	NIVEL DE EXECUÇÃO	ANÁLISE DE PROGRESSO	RECOMENDAÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO
1. Aumentado/incrementado o nr. de cidadãos/cidadãs carenciados/das que têm acesso a justiça em Moçambique	1.1. Cidadãos economicamente carenciados e assistidos gratuitamente em matérias jurídicas	Pelo menos 800 cidadãos/cidadãs que são assistidos pela caravana de justiça, e Gabinete de atendimento	994 pessoas assistidas gratuitamente	Até Dezembro de 2017 espera-se que o IAJ tenha assistido 2.000 cidadãos/cidadãs	Realizar 5 caravanas de justiça, prestar 5 assistências jurídicas nos bairros de Maputo, Atendimento jurídico diário no gabinete de atendimento	Mais de 100% atingido	Foram realizadas 6 caravanas em Xai-Xai, Chimoio, Quelimane, Tete, Nampula e Pemba; atendimento em 10 Bairros da cidade de Maputo	Implantação de pontos focais nas províncias para dar seguimento aos casos solicitados e também para maior publicitação da assistência	Atendidas ao longo de 2016, 1.119 cidadãos dos quais 715 homens e 404 mulheres
2. Aumentado o número de cidadãos/cidadãs atendidos(as) pelo IAJ	2.1. Serviços do IAJ amplamente divulgados	5000 brochuras produzidas e distribuídas	Nenhuma brochura produzida	Espera-se que até Dezembro de 2017, tenham sido produzidas e distribuídas 7500 brochuras	Produção e distribuição de brochuras sobre o IAJ	75% de brochuras impressas	Produzidas 3800 brochuras	Já com os pontos focais implantados, será possível uma maior cobertura dos cidadãos	Com a subida dos preços no mercado, foi possível produzir 3,800 brochuras que foram distribuídas ao longo da realização das caravanas e assistências jurídica
3. Uma OAM cada vez mais conhecida	3.1. Celebrada a Semana do Advogado	Actividades realizadas na semana comemorativa	Ordem pouco conhecida	Espera-se que até Dezembro de 2017, a OAM seja mais conhecida principalmente pelo cidadão mais carenciado	Diferentes actividades: Assistência gratuita, visita aos estabelecimentos penitenciários, palestras nas escolas e universidades.	100%	No âmbito da comemoração da semana do Advogado visitou-se as cadeias Civil, Central, B.O e Feminina	Mais membros efectivos no IAJ, contratação de um Advogado permanente. Maior participação dos Advogados Estagiários	O facto de os Estagiários terem de fazer a segunda fase junto do IPAJ dificulta a presença dos mesmos nas actividades do IAJ
						0%	Por preparar ainda os drafts dos cadernos	Para uma maior publicitação do CDH, deve-se optar pela produção de panfletos que serão distribuídos em coordenação com o IAJ a quando das caravanas nos	CDH pouco conhecido, recomenda-se uma parceria com o IAJ
4. Reduzidos os níveis de violação de Direitos Humanos pelas Entidades Públicas e Particulares	4.1. Elevados níveis de consciência das entidades públicas e de particulares sobre os direitos humanos	Baixo nível de violação de Direitos Humanos pelas entidades Públicas e particulares	Baixo nível de consciência sobre os Direitos Humanos tanto a nível das entidades Públicas bem como dos particulares	Até Dezembro de 2017, diminuído em 5% o número de casos de violação de Direitos Humanos	Produzir e divulgar 1000 cadernos sobre DH (nas áreas de Sistema Africano de direitos Humanos e dos Povos; Direitos Humanos na SADC; Direitos da Criança; Direitos das Minorias; Direitos das Mulheres; Reassentamentos e direitos				

					Humanos); Produzir relatório sobre o estágio dos Direitos Humanos e Acesso à justiça em Moçambique em 2015			bairros e nas províncias	
	4.2. Expostos e seguidos os casos de violação de Direitos Humanos	10 casos expostos; 8 de casos seguidos; Pelo menos 20 cidadãos/cidadãs procuram pelos serviços da CDH	Baixo nível de exposição de casos; Baixo nível de seguimento de casos expostos; Até Maio de 2016, 7 cidadãos/cidadãs procuraram pelos serviços da CDH	Até Dezembro de 2017, espera-se que 2 relatórios (2015, 2016) tenham sido produzidos e divulgados	Produzir e divulgar relatório sobre o estágio dos direitos humanos e acesso à justiça em Moçambique – em 2015; Palestras sobre DH;	90%	Draft produzido, processo de revisão e acréscimos concluído	Para o próximo ano, o relatório deverá ser publicado nas vésperas ou na data da comemoração do dia internacional dos DHS	Relatório produzido – draft, lançamento previsto para a semana da abertura do ano judicial
5.Processos de passagem de informação aos Cidadãos/cidadãs mais céleres nas instituições públicas	5.1. Funcionários públicos capacitados	Pelo menos 60 funcionários públicos formados sobre a nova Lei do acesso à informação	51 funcionários formados até Maio de 2016	Espera-se que até Dezembro de 2017, 200 funcionários públicos tenham sido capacitados	Realizar um curso em Nampula sobre a nova lei do direito à informação e seu regulamento	0%	Tomada de posse dos novos órgãos sociais o que dificultou a materialização integral do plano das actividades	As actividades da coordenadora devem ser do conhecimento	Actividade foi planificada tendo em conta os anteriores órgãos sociais
	5.2. Cidadãos cientes dos seus direitos sobre o acesso à informação	2 cursos e 2 palestras sobre a Lei/regulamento do acesso à informação realizadas	109 cidadãos/cidadãs que participaram nas palestras até Maio de 2016	Espera-se que até Dezembro de 2017, pelo menos 500 cidadãos/cidadãs tenham participado nas palestras	Realizar palestras e cursos nas províncias de Sofala, Tete, Manica, Gaza e Inhambane.				
6.Reforçada a parceria institucional na discussão de assuntos que enfermam a justiça nacional	5.1 Debatidos os problemas do acesso à justiça e encontradas as soluções para minimizar os mesmos	Pelo menos 150 pessoas (Advogados/Advogadas, Procuradores, Juizes) participam no congresso	Realizados 2 congressos até agora, o último foi em 2014	Espera-se que até Dezembro de 2017 o estágio da Justiça melhore fruto das recomendações saídas do Congresso	Realizar o III Congresso da Justiça	100%	III Congresso da Justiça e o Congresso da UALP realizados em Maputo	Deve haver uma maior coordenação entre a OAM e as outras Ordens na realização dos congressos da UALP e uma maior divulgação do congresso da justiça	Recomendações produzidas nos congressos a serem depositados na AR
Componente 2: Reforçar a capacidade institucional da Ordem dos Advogados de Moçambique									

1.Uma OAM cada vez mais dinâmica, inclusiva e descentralizada	2.1.Aprovados os Relatórios do ano anterior e aprovados os planos para o ano seguinte	Pelo menos 150 Advogados e Advogados Estagiários participam nas Assembleias Gerais	Anualmente são realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias, uma em Março (aprovação dos relatórios do ano anterior) e outra em Dezembro (aprovação do plano para o ano seguinte)	Espera-se que até Dezembro de 2017, sejam realizadas pelo menos 4 Assembleias Gerais Ordinárias	Realizar duas Assembleias Gerais Ordinárias	100%	Realizadas duas assembleias, a primeira para aprovação dos relatórios de 2015 e a outra para aprovação dos planos de 2017	Formas de captar uma maior participação dos Advogados nas Assembleias	Cumprimento integral dos estatutos da OAM
	2.2.Eleitos novos órgãos sociais	Pelo menos duas listas concorrem para os órgãos sociais	Anteriores órgãos sociais (eleitos em 2013) cumprem os seus últimos meses de mandato	Novos órgãos sociais eleitos por um período de 3 anos	Realizar uma Assembleia Geral Eleitoral	100%	Assembleia Eleitoral que elegeu os actuais órgãos sociais	Pensar-se numa forma de as eleições serem logo no início ou no final do ano para permitir uma melhor execução do plano anual	Uma pré-planificação envolvendo e aprovada pelos membros do CJ
	2.3.Nampula e Sofala dotadas de uma autonomia administrativa	Instalações das Delegações Provinciais de Nampula e Sofala funcionando em pleno	Ordem funcionando apenas a nível central	Até Dezembro de 2017, a OAM espera expandir cada vez mais os seus serviços e dotar todos os delegados de alguma autonomia administrativa	Arrendar duas instalações (uma para Nampula e outra para Sofala)	50%	Arrendadas instalações para o Conselho Provincial de Tete	Por forma a minimizar-se os custos do aluguer de instalações, a OAM deverá optar em fazer mais parcerias	Instalações provinciais de Sofala, identificadas instalações para o CP de Nampula
	2.4.Apreciados e aprovados assuntos relevantes de cada conselho	Cada conselho reúne-se pelo menos uma vez ao mês à excepção da CDH que mantém reuniões ordinárias (trimestrais)	Pelo menos uma reunião por mês, CDH – uma reunião em cada três meses	Até Dezembro de 2017, espera-se que pelo menos se mantenha o ritmo de reuniões mensais e trimestrais	Realizar reuniões do Conselho Nacional, Conselho Jurisdicional e da Comissão dos Direitos Humanos	100%	Reuniões realizadas conforme os estatutos e os regulamentos internos	Participação via skype para permitir a participação dos membros que residem fora de Maputo	Participação limitada dos membros domiciliados fora de Maputo e por vezes estes devem se deslocar a Maputo

Componente 3: Apoiar e capacitar profissionalmente o Advogado

1.Reduzidos casos de violação das normas de ética e deontológica Profissional	1.1. Advogados/as e Advogados/as estagiários/as activistas de direitos humanos dotados de conhecimentos na área de Ética e Deontologia Profissional	Pelo menos 300 pessoas entre Advogados/as e Advogados/as estagiários/as, activistas de direitos humanos e outros actores de justiça capacitados/as na área de Ética e Deontologia Profissional	196 de pessoas formadas até Maio de 2015 e 85 queixas submetidas ao Conselho Jurisdicional	Até Dezembro de 2017 espera-se que haja uma significativa redução em pelo menos 50% dos casos	Palestras sobre ética e deontologia profissional em Manica, Maputo e Zambézia; Distribuir folhetos sobre denúncias de violações, publicitar no site da OAM	33% de execução	Reuniões apenas realizadas em Maputo	Recomenda-se uma maior coordenação com os Delegados provinciais para a realização desta actividade nas províncias	Realizadas nas palestras nas faculdades de Direito da UEM, USTM e UTIVI; Cumprimento integral do Plano Aprovado em sede da Assembleia Geral
---	---	--	--	---	--	-----------------	--------------------------------------	---	---

2. Advogados/das e Advogados/das Estagiários/as oferecendo serviços de qualidade aos cidadãos	2.1. Advogados e Advogados Estagiários devidamente qualificados	Pelo menos 200 novos Advogados Estagiários admitidos	Até Dezembro de 2016, foram admitidas 277 novos Advogados Estagiários	Até Dezembro de 2017, a OAM espera ter iniciado mais 4 novos grupos de estágio (2 grupos por ano)	Iniciar dois novos grupos de estágio	100%	Grupos iniciados conforme o programado (Fevereiro e Agosto)	Uma coordenação melhor na realização dos cursos de formação para os estagiários com os Presidentes dos Conselhos Provinciais de Sofala e Nampula	Grupo I com 113 Estagiários e Grupo II com 160 Estagiários
		Admitidos pelo menos 250 novos Advogados	Até Janeiro de 2016, a OAM contava com 1341 Advogados	Até Dezembro de 2017, a OAM espera ter mais de 1900 Advogados	Realizar 3 exames (Abril, Agosto e Dezembro)				
				Até Dezembro de 2017, Pelo menos 90 Advogados/das, Advogados/das Estagiários/as, activistas de Direitos Humanos estarão dotados de conhecimento em matérias processuais do Tribunal Africano	Realizar um curso sobre questões processuais do Tribunal Africano	70%	Ficou por realizar o exame extraordinário em Dezembro	O timing de correcções dos exames deve ser flexível de forma a permitir que o extraordinário se realize sem sobressaltos	2 exames
3. Direitos Humanos defendidos	3.1. Advogados/das, Advogados/das Estagiários/as, Activistas de Direitos Humanos dotados de conhecimento em matérias processuais do Tribunal Africano	Pelo menos 30 Advogados/das, Advogados/das Estagiários/as, Activistas de Direitos Humanos capacitados	A OAM ainda não realizou nenhum curso	conhecimento em matérias processuais do Tribunal Africano		100%	Actividade realizada sem sobressaltos, dos 30 previstos, estiveram no curso 36 participantes	Recomenda-se uma réplica desta actividade no mínimo em Nampula e Maputo e sobretudo com o uso de Formadores locais para se otimizar os custos	Curso realizado na Beira, tendo como Formador o Dr. Anastásio Ndapessoa

3. ACTIVIDADES NÃO PLANIFICADAS MAS REALIZADAS

ACTIVIDADE	RESPONSÁVEL	NOTAS
Palestra sobre os Direitos Humanos na Escola Secundária Eduardo Mondlane	CDH	A palestra foi proferida pela Dra. Ivete Mafundza e Xavier Sicanso – Presidente e Comissário da CDH, respectivamente
<ul style="list-style-type: none"> Visita nas Cadeias – Cadeia Civil, Central, B.O e Feminina em Maputo; Visita ao Estabelecimento Preventivo de Maputo; Visita ao Estabelecimento Penitenciário provincial de Quelimane; Visita ao Estabelecimento Penitenciário de Mieze em Pemba	IAJ/CDH	Pela ocasião da celebração da semana do Advogado, o IAJ e CDH, com a participação de advogados estagiários, visitou 4 estabelecimentos penitenciários nomeadamente, penitenciária Preventivo da Cidade de Maputo, Penitenciária da Machava, Penitenciária especial Feminina de Davela e Penitenciária da Máxima Segurança BO, tendo prestado assistência jurídica a 378 pessoas (307 homens e 71 mulheres); CDH visitou BO e os estabelecimentos penitenciários de Quelimane e Mieze em Pemba
Visitas de troca de experiências com a Fórum	CDH	Parceria OAM, Tribunal Supremo e FAN

Mulher e Lambda		
Curso – Questões Processuais do Tribunal Africano – Como submeter uma queixa	CDH	Realizada na cidade da Beira tendo como Formador o Dr.
Operação CACO – JUSTIÇA – limpeza da praia da Costa de Sol	DE/CN	Em coordenação com o Conselho Municipal, Dr. Carlos Serra
Primeira Conferência Internacional de Arbitragem	DE/CN	Realizada em Janeiro, Hotel Radisson - Maputo e também na Beira
Impugnação sobre a suspensão do Tribunal Africano	CDH	Petição submetida ao Tribunal Administrativo. Recurso submetido no Tribunal de Recurso, aguarda resposta
Comunicado – Perseguição e Assassinatos a Membros de Partidos Políticos Dívida Pública; Violação de DHs envolvendo um Agente da PRM – caso do Jovem Txopelista; Violência Armada em Moçambique	CDH	Não aceite no Notícias e publicado no Jornal O País
Conselho Nacional Alargado – P&O 2017	DE/CN	Realizada em Namaacha nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro
Viagem a Banjul	CDH	Viajaram os Drs.
Participação nas Actividades Conjuntas – Dia Internacional dos DHs	CDH	Em coordenação com a Sociedade Civil, foram organizadas actividades no Bairro de Aeroporto
Visita ao Centro de Reassentamento de Tenga	CDH	Visita ao centro de reassentamento de Tenga, avaliação das condições DHs
Petição sobre o Registo da LAMBDA	CDH	Submetida ao Tribunal Administrativo, aguarda resposta

4. PRINCIPAIS DESTAQUES

4.1 INSTITUTO DE ACESSO À JUSTIÇA

Realizadas 6 caravanas da Justiça nas províncias nomeadamente Xai-Xai, Chimoio, Quelimane, Tete, Nampula e Pemba.

Foram realizadas assistências jurídicas em 10 bairros de Maputo nomeadamente Chamanculo C, Aeroporto A, Aeroporto B, Malanga, Unidade 7, Munhuana, Maxaquene C, Maxaquene D, Urbanização e Mafalala. Realizadas assistências em 4 estabelecimentos penitenciários nomeadamente penitenciária Preventivo da Cidade de Maputo, Penitenciária da Machava, Penitenciária especial Feminina de Dlavela e Penitenciária da Máxima Segurança- BO

Trimestres	Total de atendidos	Homens	Mulheres
Primeiro	66	42	24
Segundo	331	168	163
Terceiro	567	419	148
Quarto	155	86	69
Total	1.119	715	404

Ao longo de 2016, os casos que mereceram especial destaque são os criminais, na medida em que as visitas as cadeias fizeram com que o número de casos criminais crescesse consideravelmente.

4.2 COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

4.2.1 ELABORAÇÃO DE PARECERES/COMUNICADOS SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Face a inúmeras violações de Direitos Humanos que se têm verificado em Moçambique, a CDH pronunciou-se publicamente através de vários comunicados de imprensa publicados nos Jornais Notícias, o País, site e facebook da OAM, nomeadamente:

1. Comunicado sobre perseguição e assassinato a membros dos partidos políticos, Publicado no jornal Notícias, no dia 12/02/2016 e na Página electrónica da OAM.
2. Comunicado sobre violação de Direitos Humanos envolvendo um agente da PRM (Caso do jovem Txopelista) publicado no Jornal Notícias do dia 15/02/2016.
3. Comunicado sobre a Condenação da Dívida Pública do Estado, publicado no Jornal o país, no dia 28/04/2016.
4. Comunicado a condenar e repudiar a violência armada e ataques militares em Moçambique, no dia 13 de Outubro de 2016.

4.2.2 ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DE CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

A CDH está a fazer até ao presente momento o acompanhamento dos seguintes casos:

- Caso de usurpação de terras na comunidade de Quitupo em Palma;
- Caso da reclusa assassinada no Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo (Cadeia Civil). Este está sendo assistido pela CDH e já foi submetido a Procuradoria da Cidade de Maputo mas a instituição não está a dar o devido andamento;
- O caso de erro médico num dos hospitais de Maputo em que um bebé gangrenou o braço depois de tomar uma injeção ao nascer. A bebé sempre tem que amputar o braço e já fez a 5ª amputação. O caso vai a julgamento;
- O caso das crianças violadas. Foram violadas 10 crianças por um adulto e todas contraíram VIH;
- Caso da Jornalista Espanhola Eva Moreno (saías curtas) repatriada para a sua terra;
- Caso do Jornalista de investigação Estancio Valoi perseguido ameaçado em Montepuez Ruby Mining. Tem-se constatado graves violações de direitos humanos. A instituição contrata advogados estrangeiros e estes aplicam a sua legislação (estrangeira) para moçambicanos. O caso está a ser acompanhado pelo Dr. Momade (Comissário de Cabo Delgado);
- Caso da reclusa Odete Gilberto Dengo. Doente mental que se encontra presa no Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo. Caso entregue ao IAJ para assistência jurídica;

Processo de registo da Lambda, submetido no Tribunal Administrativo no dia 15 de Dezembro de 2016.

4.2.3 ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA

A actividade está no seu curso normal. O Contrato para a elaboração do relatório foi celebrado em Junho de 2016 entre a OAM e Consultores (Nair Teles e Salvador Nkamate). Em meados de Novembro de 2016, foi apresentada a OAM pelos consultores, a primeira versão do relatório e no dia 19 de Dezembro de 2016 foi entregue a CDH a última versão. A sua produção está prevista para Dezembro de 2016.

Com vista a dar maior impacto do relatório, a OAM adoptou como estratégia a sua publicação em Março de 2017, fazendo coincidir com a abertura do Ano Judicial.

4.2.4 CURSOS, DEBATES E PALESTRAS

1. Organizou-se e realizou-se um debate na Cidade de Quelimane no dia 4 de Março de 2016, subordinado ao tema “Direitos dos Reclusos na Zambézia vs Condições de reclusão: Problemas, Desafios, e Soluções”. Participaram no evento 18 pessoas das quais 12 homens e 6 mulheres, entre Advogados, Advogados Estagiários e Público em geral. O Debate teve como oradores o Dr. João Portela Macuba (Comissário), o Dr. Anastácio Nhomela (Delegado da OAM na província da Zambézia), o Dr. Jordão Manguê (Director dos Serviços Penitenciários da província da Zambézia e Dr. Elvis Leve (Juiz do Tribunal Judicial da Província da Zambézia).

2. No dia 27 de Julho de 2016, foi realizada uma palestra sobre Direitos da criança, na Escola Secundária Eduardo Mondlane. A palestra tinha como objectivo principal sensibilizar e educar os estudantes, professores e trabalhadores em geral em matéria sobre os Direitos Humanos da Criança face às constantes violações perpetradas contra elas e contou com a participação total de 87 alunos dos quais 51 raparigas e 36 rapazes. A Palestra foi proferida pela Dra. Ivete Mafundza Espada (Presidente da CDH) e pelo Dr. Xavier Sicanso (Comissário). Participaram na organização da Palestra a Dra. Augusta Eduardo e a Dra. Estefânia Rangel.

4.3 CONSELHO JURISDICIONAL

4.3.1 Instrução de Processos Disciplinares

A instrução de processos disciplinares foi a actividade principal do CJ, fruto dos processos transitados do ano anterior em número de cinquenta e sete (57), e das participações em número de trinta e nove (39), que deram entrada no decurso de 2016.

No que tange a instrução dos processos disciplinares, não obstante, a relativa melhoria registada comparado com o ano de 2015, não se pode dizer que tenhamos alcançado na plenitude, o objectivo que tínhamos proposto de tornar a instrução mais célere. Com efeito, alguns dos processos iniciados em 2014, ainda não estão concluídos. Por outro lado, muitos dos que deram entrada em 2015, ainda estão em curso. No entanto, foram concluídos no decurso deste ano sessenta e nove (69) processos disciplinares dos quais três (3) referentes ao ano 2013, seis (6) de 2014, cinquenta e cinco (55) de 2015, e cinco (5) de 2016, tendo sido aplicadas 32 suspensões de seis a dezassete meses, 5 repreensões registadas e 32 participações foram arquivadas.

Das 39 participações que deram entrada em 2016, cinco (5) não deram origem a instauração de procedimento disciplinar por se ter constatado de início que alguns participados não eram advogados inscritos na OAM e noutros casos por falta de infracção disciplinar.

Ano	Total	Concluídos em 2016	Arquivados	Arquivados por Inexistência de Infracção disciplinar	Em curso de 2016
2016	39	69	32	5	37
		2 de 2016			
		58 de 2015			
		6 de 2014			
		3 de 2013			

4.3.2 PALESTRAS – ÉTICA & DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

Com a coordenação do Conselho Jurisdicional, a Ordem dos Advogados de Moçambique realizou palestras sobre a Ética e Deontologia Profissional, na cidade de Maputo nas Universidades: **Eduardo Mondlane, São Tomás de Moçambique e Unitiwe**, respectivamente, e contaram com a participação de advogados, advogados estagiários, estudantes finalistas do Curso de Direito e docentes.

Em todos os locais onde se realizaram as referidas palestras, o número de presenças foi satisfatório, o que denota um grande interesse manifestado pelo público visado. As palestras sobre ética e deontologia profissional foram um importante momento de interacção entre a OAM e os seus associados e com a comunidade em geral devido a publicidade que as mesmas tiveram nos órgãos de comunicação social.

4.4 III CONGRESSO PARA A JUSTIÇA & CONGRESSO DA UALP

Nos dias 24 e 25 de Novembro, em Maputo, no Centro de Conferências Joaquim Chissano realizou-se o III Congresso para a Justiça com o seguinte lema: **Paz, Democracia, Cidadania e Desenvolvimento**. O Congresso contou com uma participação média de 250 pessoas entre Advogados, Advogados Estagiários, Juizes, Procuradores entre outros convidados. Espera-se que as contribuições recolhidas neste evento sejam canalizadas junto da Assembleia da República de modo que a justiça esteja lado a lado ao cidadão.

Ainda na mesma semana (22 de Novembro) e no mesmo local, a Ordem dos Advogados de Moçambique realizou um Congresso Internacional dos Advogados dos países da Língua Portuguesa com o lema **Justiça Restaurativa, Experiência e Desafios**. Nota negativa para este evento pela falta de participação da maioria dos países membros.

5. PROJECTO OSISA

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE (OAM)**, cujas atribuições estatutárias incluem a defesa do Estado de Direito Democrático, dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e a participação na boa administração da justiça, está a levar a cabo, através da sua **Comissão de Direitos Humanos** em parceria com a **OSISA**, um projecto sobre a *segurança alimentar e protecção dos direitos sobre a terra das comunidades afectadas pelos grandes investimentos*, cobrindo as regiões de Moatize e Marara devido à exploração de carvão mineral, Palma, por causa do projecto de exploração do gás natural, e do Corredor de Nacala, devido ao Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala (ProSAVANA).

No projecto em apreço, **Usurpação de Terra e Direitos das Comunidades**, estão previstas actividades, que incluem a produção de informação de interesse público e serviços de advocacia, sobretudo, através da advocacia e litígios de interesse público, pela protecção dos direitos sobre a terra e segurança alimentar das comunidades afectadas pelos investimentos nas regiões supracitadas.

- **Direitos sobre a terra e no contexto dos reassentamentos**

Várias foram as pesquisas de campo, os documentários e pedidos de informação neste âmbito por via de requerimento.

Neste contexto houve alguns sucessos e frustrações, no entanto houve oportunidades de interagir com as mais variadas institucionais sobre esta matéria e demonstrar que o interesse da Ordem não é denegrir a ninguém se não fazer valer o Estado de Direitos e a protecção dos direitos humanos.

Das actividades realizadas o destacam-se:

- **Elaboração de Brochuras**

O Projecto OSISA está numa fase de correcção de três brochuras.

As brochuras são as seguintes:

1. Brochura explicativa sobre os procedimentos jurídicos essenciais para a consulta e participação pública no processo de aquisição, transmissão e extinção de DUAT's das comunidades, bem como os procedimentos sobre o reassentamento das comunidades;
2. Brochura sobre comentários e anotações explicativas ao **Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto**, que aprova o Regulamento sobre o Reassentamento resultante das actividades económicas, tendo em conta a perspectiva de protecção dos direitos sobre a terra e segurança alimentar da população reassentada, no contexto da protecção dos direitos humanos;
3. Brochuras ilustrativas e informativas sobre as ameaças, violações no que tange aos direitos sobre a terra e segurança das comunidades, particularmente os pequenos produtores e mulheres, bem como sobre as oportunidades das mesmas decidirem a respeito das suas vidas no contexto dos investimentos de carvão mineral, gás natural e ProSAVANA.
4. Brochura sobre o levantamento e análise jurídica das irregularidades, ilegalidades e ameaças ou violações no que tange os direitos sobre a terra das famílias camponesas abrangidas pelo ProSAVANA, particularmente os pequenos produtores e mulheres.

Acções legais jurisdicionais e extra - jurisdicionais

Neste âmbito, importa referir que o coordenador está a corrigir as seguintes acções tendo em conta a experiência e informação que tem sobre a matéria:

- Acção Popular contra as actividades da JINDAL.
- Acção para reconhecimento dos direitos e interesses legalmente protegidos pelas comunidades afectadas pela Vale Moçambique.
- Providência sobre intimação para comportamento contra a Vale e o Estado moçambicano relativamente as comunidades afectadas pelo projecto Vale. No mesmo sentido, providência do mesmo conteúdo no Âmbito das actividades da JINDAL.
- No contexto do investimento do gás em Palma foi accionado, **Processo de Impugnação Contenciosa de Normas**, o nº 5 do artigo 15 do Regulamento da Lei de Terras que no nosso entender, para além de não regular a própria lei, serve de fonte de negócio de terra.
- Contestação judicial dos 7000 hectares de que a Anadarko beneficiou. Embora existam dados, ainda não foi identificado o melhor tipo de acção para prosseguir.
- Queixa ao Provedor de Justiça e ao Ministério Público. Uma queixa junto ao Digníssimo Provedor sobre as variadas irregularidades no âmbito do ProSAVANA. Embora com vários dados em mão, entende-se não ser suficiente para um processo judicial. Das pesquisas não se encontram comunidades que directamente tenham perdido terra em virtude do ProSAVANA, mas há muita matéria ligada a exclusão, falta de informação e participação pública.

- **Fundos usados e o remanescente do orçamento do projecto**

Para efeitos do presente projecto, a OAM recebeu da OSISA, em duas prestações, o valor de 120.000. (Cento e Vinte mil dólares americanos). *Vide o Relatório Financeiro para mais detalhes sobre as despesas.*

A OSISA estendeu o projecto até Junho. Ao mesmo tempo, informou que tem disponíveis fundos para a Ordem a serem entregues em Junho de 2017 desde que a mesma apresente um projecto forte e realístico, com duração de 2 anos, até final de Março. A Ordem é quem deve determinar o tecto dos fundos, desde que justificáveis e sempre no contexto de litigância de interesse público.

Mais ainda, foram propostas alterações do plano de actividade, no qual se pede a realização de um seminário nacional sobre terra e reassentamento no contexto dos projectos.

Neste momento, a coordenação da OSISA, com a equipa do CDH, o departamento financeiro e administrativo estão no processo de procurement para efectivação de tal evento em Março e onde serão publicados todos os produtos, em termos de brochuras, do projecto.

Perspectivas do projecto para 2017

O projecto mostra-se interessante e relevante no que tange ao papel da OAM como um dos pilares da administração da justiça e como advogado das comunidades.

Considerando que a OAM está revestida de uma Comissão de Direitos Humanos (CDH), a qual está integrado o projecto OSISA, prevê-se uma negociação de financiamento com a OSISA, já aceite, para que a CDH seja capacitada em termos de advogados especializados em direitos humanos, particularmente no que tange aos direitos das comunidades abrangidas pelos grandes investimentos, os quais vão se dedicar a esta causa, não apenas em termos de acções judiciais em defesa dos direitos das comunidades, como também para a produção de informação de interesse público nesta matéria e prestação de serviços de advocacia para maior transparência, acesso à informação e maior participação pública nestes investimentos.

A equipa de advogados ligada a matéria de direitos humanos servirá como um grupo de pressão e interlocutor válido para o respeito dos direitos sobre a terra das comunidades e segurança alimentar, bem como para a melhoria das políticas públicas, reforma legal e transformação institucional dos direitos humanos nesta matéria.

A ideia principal é de a CDH estar capacitada de advogados específicos que se vão dedicar a esta actividade, uma espécie de “escritório de advogados” para acções de interesse público no que tange aos direitos sobre a terra e segurança alimentar das comunidades em apreço.

6 MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS – MMS

- O ano de 2016 fica marcado pela Produção do primeiro **Relatório sobre os Direitos Humanos e Acesso à Justiça em Moçambique** pela Ordem dos Advogados de Moçambique. Conforme acima avançado, o relatório foi produzido sendo a sua publicação agendada para Março, nas vésperas da abertura do Ano Judicial.
- **Descentralização das actividades:** Ao longo de 2016, a OAM concentrou grande parte das actividades fora de Maputo. O exemplo disso foi a realização das cerimónias centrais na Beira.
- **Ordem mais Conhecida:** Actividades mais viradas para o cidadão através do IAJ e CDH.
- Abertura das **Instalações para o funcionamento do Conselho Provincial de Sofala:** desde Setembro último o Conselho Provincial de Sofala.
- **Eleição dos novos órgãos sociais**
- **Realização do III Congresso para a justiça**
- **Maior colaboração entre a Ordem e os Serviços Penitenciários**

7 APARIÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Para além da vinculação da informação do dia-a-dia da Ordem via website e facebook, a Ordem também esteve presente nos Jornais com maior destaque para o Notícias, O País, o Público. A STV, TVM e Record foram dos canais que igualmente cobriram as notícias da Ordem. Nota-se cada vez mais uma maior procura dos media na obtenção do parecer jurídico da Ordem.

8 FUNDRAISING

Ao longo de 2016, para além dos fundos próprios provenientes das contribuições dos seus membros, a OAM contou com o apoio do seu principal parceiro – IBIS. Igualmente beneficiou-se das contribuições da OSISA no projecto de reassentamento e para a organização do III Congresso da Justiça.

9 QUESTÕES TRANSVERSAIS (HIV/SIDA, GÉNERO E MEIO AMBIENTE)

A OAM beneficiou de uma capacitação em Género realizada em Marracuene e promovida pela IBIS. A capacitação não só beneficiou a direcção executiva como também alguns órgãos sociais com destaque aos membros do Conselho Nacional.

10 DESAFIOS & LIÇÕES APRENDIDAS

- Insuficiência do pessoal;
- Falta de pacotes de gestão processual;
- Procedimentos administrativos financeiros pouco flexíveis;
- Fraco envolvimento dos Comissários e dos Delegados Provinciais nas actividades;
- Pouco incentivo dos Delegados e dos Comissários;
- Fraca autonomia da Direcção Executiva
- Exiguidade de espaço para o melhor funcionamento das Unidades da Ordem (IAJ, CDH)

11 POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- Contratação de pessoal;
- Instalação de programas de gestão processual;
- Processo de procurement mais flexível;
- Mais incentivos aos Delegados e Comissários;
- Mais autonomia da Direcção Executiva
- Ampliação das Instalações na área traseira da Ordem

12 ANEXOS (FOTOS)



F1



F2



F3



F4



F5



F6



F7



F8



F9



F10



F11



F12

LEGENDA

F1 – Tomada de posse dos novos órgãos sociais

F2 – Palestra sobre Direitos Humanos na Escola Secundária Eduardo Mondlane em Maputo

F3 – Palestra – Ética e Deontologia Profissional na Faculdade de Direito da UEM

- F4 – Abertura Oficial do III Congresso para a Justiça
- F5 – Participantes do III Congresso para a Justiça
- F6 – Conselho Nacional alargado – P&O 2017
- F7 – Participação conjunta – Dia Internacional dos DHs
- F8 – Inauguração das Instalações do Conselho Provincial de Sofala
- F9 – Atendimento numa unidade penitenciária
- F10 – Caravana Jurídica – Xai-Xai
- F11 – Visita os estabelecimento penitenciário de Maputo
- F12 – Caravana Jurídica no Bairro de Chamanculo – Maputo.